

**O "APARTHEID" EM FÚRIA:
UMA ANÁLISE DAS ACÇÕES DO REGIME DE BOTHA NA
CONJUNTURA ACTUAL**

*** * ***

**Documento apresentado no Seminário Internacional sobre a Paz,
Maputo, 9 a 11 de Julho de 1985**

Robert Davies

No seu discurso televisionado de 12 de Junho, P.W. Botha comparou a decisão de declarar o estado de emergência a "uma escolha entre a guerra e uma paz desonrosa e medonha". O que Botha implicitamente estava a afirmar, e muito acertadamente, é que o seu regime havia recolhido o caminho da guerra.

O actual estado de emergência não passa de um reino de terror de Estado, legalizado, através do qual o regime espera, em vão, "quebrar" a luta popular de libertação nacional. Simultaneamente, indicou que se encontrava no caminho de guerra contra toda a região. Como se os repetidos actos de agressão contra os Estados vizinhos soberanos

e o apoio a movimentos de bandidos não bastassem, o regime ameaça agora "retaliar" contra quaisquer sanções que lhes sejam eventualmente aplicadas pelos países industrializados, através da imposição de medidas económicas coercivas contra os Estados da região.

O presente artigo procura contribuir para as discussões deste seminário descrevendo, em traços breves, o processo que levou o regime do "apartheid" a este caminho de guerra. Faz-se uma análise da crise provocada ao sistema do "apartheid" em geral, bem como a "Estratégia Total" do regime, em particular, pelo avanço da luta popular, nos últimos anos. Nesta base, o artigo argumenta que tanto o actual estado de emergência como os recentes actos de agressão contra os Estados vizinhos fazem parte duma tentativa desesperada dum regime, que não encontra solução para a crise que se acentua, para se manter no poder. O artigo propõe-se servir como base para discussão das perspectivas de paz a médio e longo prazos, na nossa região. Neste contexto, o seu ponto de partida e a conclusão várias vezes reafirmada nas cimeiras dos chefes de Estado da Linha da Frente - que a paz na África Austral depende da eliminação do sistema do "apartheid".

A CRISE DA "ESTRATÉGIA TOTAL"

A actual decisão do regime de Botha de optar pela guerra tem de ser vista no contexto do agravamento da crise não só do sistema e do Estado do "apartheid", mas também da própria "Estratégia Total" formulada pelo regime para resolvê-la.

Genericamente, sabe-se que a década passada foi testemunho de uma grande mudança na correlação de forças entre o opressor e os oprimidos dentro da África do Sul. Com as greves de 1973, em Durban, e passando pelo levantamento do Soweto, inaugurou-se um processo em que os oprimidos foram gradualmente assumindo a ofensiva e forçando o

opressor a colocar-se na defensiva. Paralelamente, a derrota do colonialismo português nos meados dos anos 70, mudou a correlação de forças a nível regional. O regime do "apartheid" deixou de estar circundado por um anel de "Estados-Tampão" (buffer states) colonizados para se ver rodeado de Estados independentes empenhados em alcançar a liberdade no subcontinente. Por volta dos meados dos anos 70 tornou-se claro que o sistema do "apartheid" se confrontava com uma crise aguda em ambos os terrenos de luta, a nível interno e regional.

O regime de Botha ascendeu ao poder em Setembro de 1978, representando uma nova linhagem de forças dentro da classe dominante - uma aliança entre o capital do monopólio "Afrikaner" e os comandantes de alta patente. A nova aliança do governo reconheceu que a crise se estava a agudizar atingindo um ponto em que era impossível manter o domínio da minoria racista, através do já estabelecido "apartheid" "Verwoerdiano" clássico. No famoso "slogan" de Botha, o apartheid tinha de se "adaptar ou morrer".

No período a partir de 1978 assistiu-se a tentativa de implementar uma "Estratégia Total, visando conjugar a repressão com uma série de medidas destinadas a reestruturar o sistema em vários aspectos específicos. Tendo sido apresentado ideologicamente como um programa de "reformas", introduziram-se, inicialmente, mudanças nas esferas económica e social. Tais mudanças visavam relaxar determinadas restrições na modalidade horizontal e vertical da camada mais qualificada da força de trabalho negra. Ao mesmo tempo introduziram-se medidas destinadas a providenciar maiores aberturas para uma "classe média negra" na esperança de alargar a minúscula base de apoio do regime entre os oprimidos. A nível regional, o regime lançou a sua iniciativa de "Constelação de Estados", com o objectivo de criar uma firme aliança de Estados regionais, cooperando a nível económico, militar e político com a autoproclamada "potência regional" - a África do Sul.

Estas mudanças ou "reformas" foram acompanhadas por uma mudança ideológica em que vimos mesmo membros do regime declarar que o "apartheid" estava "fora da moda", "acabado" ou mesmo "morto". Claro que todos estes protestos

baseavam-se numa concepção muito restrita do "apartheid": um ponto de vista que o reduzia a leis raciais discriminatórias seleccionadas. Para os oprimidos e explorados o "apartheid" sempre foi muito mais que uma lista de restrições raciais específicas na movimentação, área de residência, emprego ou escolha duma esposa - embora isto seja importante e odioso. No seu entender, o "apartheid" é na sua totalidade um sistema de exploração capitalista baseada na opressão nacional imposta por uma minoria racista que monopoliza o poder político e económico. Trata-se de um sistema cujo desenvolvimento e sobrevivência dependem, da exclusão da maioria da população do país de qualquer controlo efectivo do poder político ou económico. Deste modo, não se trata de um sistema que possa ser "reformado" pelas acções dos actuais detentores do poder, mas de um sistema que tem de ser desmantelado com a transferência do poder para os oprimidos e explorados.

Os limites do "programa de reformas" do regime de Botha tornaram-se notavelmente claros quando este começou a apresentar propostas para a "nova dispensação constitucional". Isto mostrou a quem ainda tivesse dúvidas que todas as "reformas" propostas destinavam-se a criar uma nova base para a defesa do domínio da minoria racista e não faziam parte de um processo para o seu desmantelamento. Em 1984 o regime introduziu o sistema de parlamento tricameral. Aos chamados mestiços e asiáticos sul-africanos foi, teoricamente, atribuída representação no parlamento pela primeira vez, porém, em câmaras racialmente separadas e exclusivas. A câmara branca dominada pelo Partido Nacionalista tinha uma maioria permanente assegurada e o Presidente Executivo recebeu amplos poderes "vis a vis" o parlamento. A inefectividade das chamadas câmaras mestiças e asiáticas foi dramaticamente demonstrada em Junho deste ano. Quando a chamada Câmara dos Delegados e dos Representantes mostrou certa oposição a algumas das cláusulas das leis de segurança do regime, a questão foi apresentada ao Conselho Presidencial que pura e simplesmente ignorou as objecções e aprovou na sua versão original. Como descreve no seu relatório o Grupo de Personalidades Eminentes (EPG) da Commonwealth "a abordagem

governamental da partilha do poder foi conjunturada dentro dos parâmetros do "apartheid" e com o suporte de um veto branco". (Mission to South Africa: The Commonwealth Report, Harmondsworth, pag 41).

As propostas constitucionais do regime eram, naturalmente, totalmente inaceitáveis para a maioria da população do país. Isto foi claramente demonstrado na campanha contra as "eleições" para o parlamento tricameral organizada pela UDF em 1983. No entanto, os avanços mais recentes da luta não só confirmaram a contínua inaceitabilidade como também mostraram a sua inefectividade como uma solução para a crise aguda.

Como é dum modo geral sabido, tem-se assistido desde o período em que se verificaram os tumultos de Vaal Triangle em Setembro de 1984 a uma continuação de acções das massas em numerosas frentes. Na frente militar, e mesmo segundo fontes ligadas ao inimigo, o número de acções do Unkhonto we Sizwe foram em 1985 mais de duas vezes superior às de 1983 e três vezes superior às de 1984. Registou-se, igualmente, uma explosão do número de manifestações, greves, boicotes, etc., organizados pelos sindicatos, grupos juvenis, organizações comunitárias e outras.

Todavia, o período assistiu a mais do que uma simples escalada da luta em termos quantitativos. Houve também um aprofundamento qualitativo da luta no qual tanto os planos constitucionais do regime como a sua capacidade de administração das áreas residenciais segregadas para negros foram desafiados. No início de 1985 o ANC emitiu um apelo para "tornar o "apartheid" intratável, e tornar o país ingovernável". Complementando a outras formas de luta popular, a acção armada visava a destruição do aparelho administrativo e repressivo do regime do "apartheid" nas áreas residenciais para negros. Por volta dos meados de 1985, tornou-se claro que isto havia chegado ao ponto em que as propostas constitucionais de regime do Botha - a pedra angular da sua tentativa de reestruturar e estabilizar o sistema do "apartheid" em crise - haviam ficado inoperacionais.

No âmbito da sua planeada "nova dispensação constitucional" as estruturas administrativas locais iam ser "solução"

do regime ao "problema" dos "negros urbanos". Ao invés de se lhes dar direitos políticos ao nível do governo nacional, os "negros urbanos" exerceriam os chamados "direitos políticos" ao nível das autoridades locais. Estas, numa fase posterior, seriam puxadas para uma associação com as autoridades locais "brancas" através de "conselhos de serviços regionais", e talvez finalmente em algo como conselho consultor a nível nacional. O que aconteceu na prática durante 1985, porém, foi que o sistema negro de autoridade local foi em grande medida tornado inoperacional pela acção das massas. Segundo o Centro de Informação e Educação de Comunidade com base em Joanesburgo, apenas 5 das 38 autoridades locais estabelecidas desde 1983 eram ainda capazes de funcionar em Junho de 1985. Entre Setembro de 1984 e Junho de 1985, 240 funcionários negros incluindo 27 alcaides se haviam demitido. Mais ainda, a partir dos finais de 1985, estruturas embrionárias do poder popular - comités de rua e tribunais populares - começaram a ser criadas nestas áreas.

Neste contexto, tornou-se cada vez mais evidente para todos os lados do espectro político em todos os cantos do mundo, que os planos constitucionais do regime do Botha falharam. Ficou sem solução política para a crise na África do Sul. Como explicou o Presidente do ANC, Oliver Tambo, na sua mensagem do ano novo em Janeiro de 1986, o regime "perdeu a iniciativa estratégica".

A RESPOSTA DO REGIME

Nesta fase da luta, o regime encontra-se preso numa contradição irreconciliável. Não pode resistir à exigência de direitos políticos para todos, porém ao mesmo tempo não pode reconhecê-los sem se destruir. Diante do falhanço das suas próprias propostas, teve de optar por uma de duas opções. Primeiro, dar passos no sentido de negociações políticas sérias, que significariam passar para lutar pelos termos,

condições e horários - aceitando porém a inevitabilidade de - uma eventual transferência do poder. Alternativamente, poderia tentar manter-se no poder lançando um reino de terrorismo de Estado dentro do país e uma onda de agressões militares na região.

Primeiramente, o regime tentou desenvolver uma política de semânticas com o objectivo de dar a impressão de que havia optado pelo primeiro curso, quando na realidade estava amarrado ao segundo. Isto envolvia declarações deliberadamente ambíguas cuja intenção era de dar significados diferentes para pessoas diferentes. O discurso de P.W.Botha na abertura do parlamento em Janeiro de 1986 constitui exemplo disto. O mesmo secretariado com as suas propostas de estabelecimento dum "Conselho Nacional".

Supõe-se que o Conselho Nacional seja o canal através do qual os negros darão a sua opinião na elaboração duma nova Constituição e, no entanto, ter uma voz nos assuntos do governo central. Supõe-se que demonstra a vontade do regime negociar com os negros "representativos". Na realidade, o Conselho Nacional será um organismo puramente consultor, composto pelo P.W. Botha; representantes de cada um dos seis bantustões "não independentes"; os presidentes de cada um dos "conselhos ministeriais" de cada uma das três câmaras do parlamento tricamaral; dez pessoas seleccionadas a partir de candidaturas feitas por várias organizações; tantos membros do gabinete quantos P.W. Botha achar necessários; e menos dez outros candidatos de Botha. Desta forma, com uma maioria embutida de pessoas associadas com as instituições do Estado do "apartheid" e/ou gozando da confiança de P.W. Botha.

Há medida que o tempo foi passando, o regime foi impedido pelos acontecimentos, a tomar o véu e declarar abertamente a sua relutância em iniciar negociações sérias. Este processo está documentado no notável relatório do Grupo de Eminent Personalidades (EPG) de Commonwealth. Dado que o EPG foi formado para evitar uma divisão na Commonwealth em relação a questão das sanções, o regime calculou evitantamente que ele não iria sugerir nada que pusesse seriamente criar inconvenientes e que podia mesmo chegar a conclusão de que estava a ser feito um progresso

significativo para desmantelar o "apartheid". Consequentemente autorizou a visita do grupo a África do Sul e esta fingiu parecer estar a discutir propostas para negociações com ele. Contudo, quando o EPG produziu as suas próprias propostas que pareciam poder levar a negociações sérias, tornou-se necessário para o regime desligar-se do processo.

Nesse processo, o regime foi forçado a ser brusco. Numa alocução pública contra "interferência exterior" em Abril, P.W. Botha na sua linguagem rude e ideologicamente carregado, afirmou, "Não permitiremos que o nosso património espiritual e material edificado ao longo de 300 anos seja facilmente dado nas mãos duma clique do poder revolucionário". Quaisquer negociações, disse ele, tinham de estar dentro de certos princípios não negociáveis. O fórum de negociações seria puramente consultor e subordinado ao parlamento existente, os "valores cristãos" e a integridade das "forças de segurança" seriam sacrossantos, e todos os intervenientes (excepto o regime) teriam de "renunciar a violência". R.F. Botha foi ainda mais directo. Numa carta dirigida ao EPG escreveu, "O governo sul-africano não está interessado numa negociação sobre a transferência do poder" (Ibid p 122). Conforme o próprio EPG explicou:

"...Embora o governo reclame estar pronto a negociar, na verdade ainda não está preparado para negociar mudanças fundamentais, nem para encorajar a criação de estruturas democráticas genuínas, nem para enfrentar a perspectiva do fim da dominação branca e poder branco num futuro próximo. O seu programa de reformas não elimina o "apartheid", antes porém procura dar-lhe uma face menos desumana, procura a partilha do poder, sem contudo abdicar do controlo global branco" (Ibid pp 132/3).

Tendo recusado entrar no campo das negociações políticas, o regime optou agora abertamente pela guerra. Isto foi dramaticamente provocado pelas suas incursões contra três Estados regionais a 19 de Maio (o dia em que o EPG voltou a África do Sul para mais discussões com o regime). Confirmou-se quando lançou o seu reino de terrorismo

de Estado, eufemisticamente chamado estado de emergência. Carecendo de solução política para a crise aguda, o regime optou por tentar submeter os povos da África do Sul e Austral.

PERSPECTIVAS

As questões que se levantam neste contexto prendem-se às possibilidades que o regime tem de sair bem sucedido, e o que acontecerá em caso de falhanço. A curto prazo, certamente, não há dúvidas de que o regime possui capacidade de mobilizar repressão suficiente para impedir certas formas de acção e organização de massas. A declaração do estado de emergência impediu um número de reuniões e manifestações planeadas para o dia 16 de Junho. O regime, contudo, propôs-se um alvo mais ambicioso que esse. Le Grange afirmou que o estado de emergência não seria levantado até que o aparelho administrativo do regime funcionasse "normalmente" nas áreas residenciais para negros. Botha afirmou que o regime tinha capacidade para "quebrar" o ANC e assim seria. É extremamente duvidoso, no ponto em que a luta se encontra, que ele possa realizar qualquer dos dois objectivos. O nível de organização e a profundidade da direcção de massas e estruturas clandestinas são maiores do que foram nos anos 60. Já vimos provas duma capacidade de continuar com a luta armada apesar das medidas de emergências. Os sindicatos também estão a dar mostras duma capacidade de sobreviver a detenções dos seus funcionários. Greves contra detenções de sindicalistas já ocorreram e a COSATU convocou uma greve de todos os seus membros nos meados do mês.

O regime de Botha tem afirmado repetidamente que desdobrou apenas uma proporção da força ao seu dispor. Até há pouco estava correcto. Porém, embora a emergência impeça a imergência de informação pormenorizada, a escala conhecida das últimas acções das "forças de segurança"

sugere um nível muito maior de mobilização do que anteriormente. Dentro de poucos meses o regime poderá encontrar-se numa posição donde, tendo desdobrado uma proporção significativa de força ao seu dispor, não seja ainda capaz de voltar a impor as suas estruturas administrativas nas áreas dos negros ou "quebrar" o ANC. Nessa eventualidade, o presente estado de emergência pode ainda revelar-se no seu "Nó Górdio". Tal como o regime colonial português, que não conseguiu "quebrar" a Frelimo na sua "Operação Nó Górdio" em 1971, poderá ainda manter-se no poder por mais alguns anos. Ele poderá indubitavelmente cometer mais atrocidades contra os povos não só da África do Sul como da África Austral. Porém, no fim será impotente para resistir à entrega do poder.